



Revista
Educar Mais

A inclusão da autogestão do trabalho, cooperativismo e economia solidária enquanto temáticas na EPT – respostas de uma intervenção formativa

The inclusion of labor self-management, cooperativism and solidary economy as themes in EPT – responses from a formative intervention

La inclusión de la autogestión del trabajo, el cooperativismo y la economía solidaria como temas en la EPT – respuestas de una intervención formativa

Rafael Rodrigues de Sousa Frois¹  ; Keila Lima Sanches² 

RESUMO

Tendo em vista a busca de alternativas que auxiliem a efetivação do trabalho enquanto princípio educativo, este estudo analisou meios para a inclusão dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES, na EPT. Para tanto, foi realizada uma pesquisa-ação de três etapas, sendo a primeira a aplicação de um questionário, via google forms, junto à comunidade interna do IFG-Câmpus Formosa, para compreender suas realidades acadêmicas e laborais, assim como seu conhecimento prévio sobre os temas elencados. A segunda etapa foi um momento formativo acerca dos temas, seguido da aplicação de um questionário, junto aos participantes, para coletar dados sobre sua compreensão. A análise de conteúdo dos dados identificou as categorias trabalho, educação e curricularização, sugerindo a inserção dos temas abordados nos PPCs dos cursos de EPT por meio da curricularização da extensão, através de projetos, palestras, oficinas e criação de disciplinas. A terceira etapa consistiu na confecção de um Produto Educacional para fomentar a inserção dos temas na EPT, feito após a análise dos dados coletados durante a pesquisa e avaliado ao final pelos participantes.

Palavras-chave: Autogestão do trabalho; Cooperativismo; EPT; Omnilateralidade.

ABSTRACT

Searching alternatives to realize work as an educational principle, this study analyzed views to include the themes of Work Self-Management, Cooperativism and SE in PTE. For this purpose, three stages were carried out by an action research, being the first one the application of a survey, by Google forms, to the internal community of the IFG-Campus Formosa, looking for understand their academic and labor realities, as well as their knowledge about the topics listed. The second step was a formative moment about the themes, followed by the application of a survey, with the research members, to collect data about their understanding. The content analysis of the data identified the categories work, education and curricularization, suggesting the insert of the themes addressed in the PCPs of PTE courses through the curricular extension, by projects, lectures, workshops and creation of disciplines. The third step consisted in making an educational product to promote the insertion of the themes in PTE, made after analyzing the data collected during the research and evaluated at the end by the members.

Keywords: Labor self-management; Cooperativism; PTE; Omnilateralism.

¹ Licenciado e Bacharel em Educação Física, Especialista em Musculação e Treinamento de Força, Especialista em Orientação Educacional e Mestrando em Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília/DF - Brasil. E-mail: rafaelfrois@gmail.com

² Engenheira Florestal, Mestre e Doutora em Economia Florestal e Docente do Instituto Federal de Brasília (IFB), Brasília/DF - Brasil. E-mail: keila.sanches@ifb.edu.br

RESUMEN

Ante la búsqueda de alternativas que ayuden a la realización del trabajo como principio educativo, este estudio analizó medios para la inclusión de los temas de Autogestión del Trabajo, Cooperativismo y ES en la EPT. Para ello, se llevaron a cabo tres etapas a través de la investigación-acción, siendo la primera la aplicación de un cuestionario, a través de formularios de Google, con la comunidad interna del IFG-Campus Formosa, para comprender sus realidades académicas y laborales, así como sus conocimientos sobre los temas enumerados. El segundo paso fue un momento formativo sobre los temas, seguido de la aplicación de un cuestionario, con los participantes, para recoger datos sobre su comprensión. El análisis de contenido de los datos identificó las categorías trabajo, educación y curricularización, sugiriendo la inserción de los temas abordados en los PPCs de los cursos de EPT a través de la curricularización de la extensión, por medio de proyectos, conferencias, talleres y creación de disciplinas. La tercera etapa consistió en la elaboración de un producto educativo para promover la inserción de los temas en la EPT, realizado tras analizar los datos recogidos durante la investigación y evaluado al final por los participantes.

Palabras clave: Autogestión del trabajo; Cooperativismo; EPT; Omnilateralidad.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica – EPT possui a função essencial de formar trabalhadores para atuação no mundo do trabalho. Por este fator, em seu histórico, a EPT sempre foi objeto de disputa entre a formação para o mercado e o atendimento às demandas sociais, cenário que de acordo com Ramos et al. (2012) é influenciado pelas mudanças estruturais da sociedade.

De acordo com Antunes e Filgueiras (2020), a atual conjuntura social tem sua configuração influenciada pela flexibilização do trabalho, processo que força os trabalhadores das mais diversas áreas a se submeterem a condições de trabalho cada vez mais precárias para obterem seu sustento. Os autores compreendem que este cenário é resultado sequencial de ações cíclicas do capital, em especial o ciclo de reestruturação neoliberal dos anos 1970 e 1980 e seus reflexos, que em seu itinerário auxiliou na desconstrução e enfraquecimento de entidades da classe trabalhadora, subtração de direitos trabalhistas, redução da ação do Estado sobre a economia e internacionalização do capital, criando um processo denominado globalização.

Este contexto foi agravado após a crise econômica mundial de 2008, a qual, para Antunes (2013), teve como resposta um novo período dentro do neoliberalismo, que aprofundou a flexibilização do trabalho, reduzindo a seguridade social dos trabalhadores a níveis alarmantes, criando a chamada uberização do trabalho, termo este que se refere ao modelo de gestão da empresa UBER, pioneira neste formato laboral sem vínculos trabalhistas.

A partir deste cenário é possível compreender que a classe trabalhadora se encontra em uma conjuntura desfavorável, necessitando se organizar para que se torne força política e social. Gadotti (2001) destaca que o papel da EPT se torna fundamental nesta conjuntura, pois ao qualificar o trabalhador para a atividade profissional também pode conscientizá-lo de seu papel coletivo.

De acordo com Pacheco (2015), a EPT adota uma configuração formativa valiosa para o alcance de tais objetivos, pois utiliza a integração entre trabalho manual e intelectual para o alcance de uma formação que desenvolva todas as potencialidades humanas, também denominada formação omnilateral, aderindo ao trabalho enquanto princípio educativo. Entretanto, é necessário considerar os limites que as configurações laborais do modo de produção capitalista impõem sobre a educação, tendo em vista o ressaltado por Kolakowski (1985), que destaca a alienação do trabalho no

capitalismo, fator basilar do afastamento entre o trabalhador e o fruto de sua produção, o que impede o reconhecimento humano enquanto espécie coletiva no resultado de seu trabalho.

Portanto, para a efetivação do trabalho enquanto princípio educativo na EPT, de maneira omnilateral, a utilização de práticas pedagógicas que adotem configurações laborais baseadas na união entre trabalho manual e intelectual pode ser uma alternativa interessante. Segundo Guerra (2008), um princípio pedagógico promissor para o alcance deste objetivo é a Autogestão do Trabalho, que ao operar por meio do Cooperativismo e demais empreendimentos de Economia Solidária - ES, cria uma alternativa de organização capaz de mobilizar e conscientizar os trabalhadores acerca dos processos produtivos e contradições do capital. Para Singer e Souza (2003) a Autogestão do Trabalho é um princípio que possibilita aos próprios trabalhadores gerir os processos laborais, passando a estes o controle integral da produção. Esta forma de organizar o trabalho possui o potencial de ensinar os trabalhadores a operarem de forma livremente associada, o que de acordo com Mészáros (2008), é uma condição primordial para a superação da lógica de trabalho capitalista.

Tendo em vista este contexto, esta pesquisa buscou, através de uma intervenção em pesquisa-ação no Instituto Federal de Goiás (IFG) - Câmpus Formosa, construir um Produto Educacional – PE que viabilize a formação de alunos da EPT, para que compreendam o funcionamento dos processos produtivos e de organização coletiva de trabalhadores sob o princípio da autogestão e, com isso, auxiliá-los na autonomia de sua produção, conscientizando-os de suas ações enquanto classe. Para tanto, o PE foi estruturado tendo por base os resultados desta pesquisa, sob o intuito de servir como guia de inserção dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT, em todos os níveis de ensino.

2. DINÂMICA DO MUNDO DO TRABALHO: ASSALARIAMENTO E ASSOCIAÇÃO

De acordo com Saviani (2007), ao contrário dos animais, que se adaptam à natureza para sobreviver, o humano ajusta a natureza de acordo com suas necessidades. O autor reforça que esta maneira de agir sobre a natureza denomina-se trabalho e constitui a essência do ser humano. Para o autor, a vida nas sociedades humanas é definida pela maneira com que os indivíduos executam seu trabalho, a qual depende diretamente das condições materiais em que os humanos se encontram. Tais condições foram e continuam sendo modificadas processualmente pela espécie humana ao longo de sua história.

Conforme ressaltam Marx e Engels (1984), desde o surgimento das sociedades primitivas, nas quais o trabalho era realizado através da caça, pesca e coleta, passando pelo surgimento da agricultura e pecuária, até a revolução industrial do séc. XVIII, período em que o trabalho manual foi transmitido para as máquinas, uma longa jornada se passou na história do trabalho humano. Nesta história, que segue seu curso sendo influenciada pela ação humana a partir das circunstâncias concretas em que se encontra, no presente momento, guiado pelo modo de produção capitalista, as condições em que se deparam as pessoas que vivem do próprio trabalho vêm se precarizando.

Uma das características centrais do capitalismo é o trabalho assalariado, o qual, de acordo com Ferla e Andrade (2007), opera sob um formato em que o trabalhador se submete a uma jornada de trabalho pré-fixada, com atribuições e ritmo de produção já definidos pelo proprietário do empreendimento. Nesta configuração laboral, o trabalhador, em geral, não possui o controle do que está produzindo e por vezes não compreende as razões desta produção, apenas executa o trabalho para receber seu

salário e suprir sua subsistência. Para Marx (2011), este modo de produção opera através do acúmulo de riqueza extraída do trabalho assalariado associado ao aumento de produtividade gerado pelo avanço tecnológico. O autor destaca que tal processo periodicamente produz excedentes de produção e desemprego estrutural, cenário que resulta em crises econômicas, as quais sempre demandam reestruturações para sobrevivência deste modelo produtivo.

A exemplo disso, Antunes e Filgueiras (2020) destacam que, após a crise econômica mundial de 2008, diversos países têm aplicado em suas economias um receituário de redução de direitos trabalhistas, cortes salariais e flexibilização do trabalho. Tal situação, de acordo com os autores, vem aumentando os lucros de determinados grupos econômicos e ampliando a exploração do trabalho em geral, através da uberização do trabalho.

Contudo, a luta dos trabalhadores em alguns países tem gerado um contrapeso a estas relações de trabalho precárias. Neste sentido, é possível destacar as conquistas obtidas pelos trabalhadores da UBER do Reino Unido, os quais, de acordo com Paraíso (2021) e Butler (2021), conseguiram obter, através da justiça do trabalho, direitos similares aos dos demais trabalhadores do país, como férias remuneradas e salário-mínimo. Conquistas correlatas ocorreram na França (FRANÇA, 2020) e nos EUA nos estados de Nova Iorque e Califórnia (COMARELLA, 2019).

No Brasil a justiça do trabalho tem se demonstrado contraditória em relação ao tema, pois alguns tribunais regionais do trabalho reconheceram a relação de subordinação dos trabalhadores a empresas de transporte, como a UBER (BRASIL, 2020a), enquanto o Tribunal Superior do Trabalho determinou que não havia subordinação ou vínculo empregatício (BRASIL, 2020b). Porém é necessário enfatizar que ocorre uma movimentação mundial recente no sentido do reconhecimento de vínculo empregatício entre os motoristas e os aplicativos de transporte.

Tendo em vista a superação deste cenário de desestruturação laboral, uma proposta levantada por Singer e Souza (2003) é a Autogestão do Trabalho, um formato no qual os próprios trabalhadores realizam a gestão de suas forças produtivas e cujo modelo de labor provém da livre associação dos trabalhadores.

Conforme aponta Gaiger (1999), os empreendimentos autogestionários são organizados por meio de assembleias e consensos, que deliberam acerca de seu ritmo de produção, formato de partilha da arrecadação, especificidades de cargos e funções, controle contábil e demais atribuições. Segundo Singer e Souza (2003), nesta forma de administrar o trabalho, os membros associados produzem de acordo com suas próprias demandas e decisões, compreendem todas as etapas dos processos produtivos e suas complexidades, o que torna este modelo laboral uma ferramenta pedagógica interessante para a assimilação das estruturas do mundo do trabalho pelos trabalhadores.

3. TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: ELEMENTO DE CONEXÃO ENTRE EPT E AUTOGESTÃO DO TRABALHO

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), a EPT é uma modalidade educacional que possui o objetivo central de preparar o indivíduo para o exercício de profissões, para sua inserção no mundo do trabalho e para a vida em sociedade. Entretanto, tendo em vista contrapor o aspecto tecnicista de ensino profissionalizante, a EPT se ampara em uma série de princípios, os quais, de acordo com Pacheco (2015), visam formar um ser humano integral, que alcance a plenitude de suas potencialidades.

Conforme ressalta Ramos (2014), o trabalho é um destes princípios educativos e é uma premissa da EPT, pois nela se associam as práticas laborais com os conhecimentos científicos e tecnológicos para a aprendizagem e formação da autonomia dos indivíduos.

A adoção do trabalho enquanto princípio educativo na EPT possui ligação direta com a história da relação humana com a natureza. Conforme destaca Saviani (2007), a espécie humana desenvolveu processualmente seus modos de produção, aprendendo a intervir na natureza para criar elementos proveitosos para sua vida. Esta intervenção é denominada trabalho, e à medida em que os humanos produziam seu trabalho aprendiam também a produzir sua existência, construindo este aprendizado entre si e ensinando também às gerações futuras. O trabalho, portanto, constituiu a primeira forma de educar da espécie humana.

Mas apesar do trabalho ser adotado enquanto princípio para a EPT é necessário considerar os pressupostos destacados por Gramsci (2001), nos quais o autor ressalta que no modo de produção vigente, o capitalismo, as configurações laborais tendem a limitar a união entre trabalho manual e intelectual devido à cisão entre as classes sociais. O autor salienta que nesta sociedade cada classe social possui funções distintas e, portanto, têm acesso à processos educacionais diferentes, nos quais à classe dominante cabe a educação para o trabalho intelectual e à classe dominada a educação para o trabalho manual.

Marx e Engels (1982), afirmam que a união entre educação e produção material é um requisito para a emancipação da classe trabalhadora. Para Marx (1983) o trabalho na sociedade capitalista mutila o humano e o torna unilateral, incompleto, pois o impede de desenvolver suas diversas capacidades. O autor aponta que, ao contrário da unilateralidade imposta pelo capitalismo, o desenvolvimento humano omnilateral significa o alcance das diversas capacidades do indivíduo. Para o autor, o alcance deste desenvolvimento requer a união do trabalho mental e manual, o que pode ser operacionalizado por uma formação que integre o ensino intelectual, físico e tecnológico.

Conforme elucida Pacheco (2015), omnilateralidade também é um princípio adotado pela EPT. De acordo com o autor, tal preceito preza pela formação humana em todas as suas potencialidades, através da união entre trabalho manual e intelectual. Devido a seu aspecto multilateral, Frigotto et al. (2014) destacam que o alcance da omnilateralidade é viabilizado através de um planejamento curricular inter e transdisciplinar, que vise a integração de conhecimentos pertinentes à realidade concreta do estudante.

Contudo, para que o trabalho enquanto princípio educativo se operacionalize de forma efetiva na EPT, sob o princípio da omnilateralidade, a adoção de configurações laborais não capitalistas pode ser de uma alternativa interessante. O trabalho autogestionário se demonstra enquanto possibilidade singular para a efetivação de tal princípio, pois, de acordo com Singer e Souza (2003), tal formatação viabiliza a aproximação entre trabalho manual e intelectual, que se encontra cindida no trabalho assalariado convencional. Os autores apontam que no capitalismo o trabalho incentiva a competição e individualidade, substituindo valores até então essenciais ao progresso humano, como a cooperação e o atendimento às demandas sociais através do trabalho. Entretanto, as contradições do modo de produção vigente trouxeram à tona de volta a necessidade de cooperação entre os humanos, para a superação de diversos obstáculos, demanda que pode ser acolhida pela EPT devido a seus aspectos essenciais. Neste sentido, a autogestão pode ser um pressuposto que facilite a adoção do trabalho enquanto princípio educativo na EPT, de maneira omnilateral.

Para compreender o potencial pedagógico da Autogestão do Trabalho é preciso analisar os resultados de alguns experimentos. Para tanto, é possível compreender elementos de destaque nas pesquisas de Engels (1987), que demonstra como os socialistas utópicos compreenderam a autogestão enquanto via de superação do capitalismo e construção de uma sociedade mais sustentável, através da organização da economia em um sistema denominado Cooperativismo. Neste sistema os empreendimentos pertenceriam aos trabalhadores e possuiriam autonomia para mediar as relações de mercado. Segundo o autor, um desses utópicos, Robert Owen, realizou no século XIX um experimento de destaque, por via cooperativa de trabalhadores. Em uma época na qual os direitos sociais praticamente inexistiam, Owen criou uma colônia com 2500 trabalhadores industriais, fornecendo educação gratuita a seus filhos e redução de jornada de trabalho de 17 para 10 horas, gerando um precedente na história do capitalismo.

Também em busca de encontrar vias de superação das contradições do modelo produtivo capitalista de sua época, Chayanov (2017) analisou os fundamentos dos modos de produção não capitalistas, elencando os elementos de distintas configurações sociais e econômicas, afim de compreender suas estruturas e dinâmicas. O autor pesquisou sobre sistemas feudais, escravistas, comunistas e também acerca das iniciativas adotadas na construção do socialismo na União Soviética, país em que vivia durante os anos 1930, sugerindo que a cooperação poderia ser um elemento essencial para a superação das contradições de seu país. Neste sentido, o autor ressaltou críticas ao modelo de coletivização do campo adotado pelo governo soviético, destacando a centralização de decisões pelo aparelho político e a impossibilidade deste modelo em estruturar de fato a construção de uma sociedade comunista.

A cooperação enquanto elemento fundamental da organização laboral também é destacada por Singer (2004), que evidencia o Cooperativismo enquanto componente pedagógico para a construção de uma sociedade que supere as contradições do capital. O autor resalta que o Cooperativismo possui o potencial de organizar os trabalhadores para a autogestão, uma forma de organização de empreendimentos laborais realizada de maneira associada pelos próprios trabalhadores. Para o autor, as condições de trabalho sob o princípio educativo da autogestão superam as convencionais, pois a democratização da gestão possibilita este caminho e cria uma via de fortalecimento contra o determinismo de precarização do trabalho, imposto pelo capital.

Singer e Souza (2003) ressaltam que, para além do conceito de Cooperativismo, a Economia Solidária – ES, compreende uma diversidade de empreendimentos, sob a qual incluem-se bancos cooperativos, empresas, associações, clubes de trocas, dentre outros. Segundo os autores, tais empreendimentos são responsáveis por gerir atividades de agricultura, comércio de produtos primários, alimentação, serviços e demais, voltados prioritariamente ao atendimento de demandas sociais. Outro aspecto da ES, ressaltado por Gaiger (1999), é a valorização do trabalho enquanto elemento central de tais empreendimentos, pois nesse formato organizacional a manutenção dos postos de trabalho é um ponto chave. Compreende-se a partir de tais elementos uma divergência primordial entre os formatos cooperativos e acumulativos de organização do trabalho. Enquanto os primeiros buscam o atendimento das demandas sociais, incluindo-se o direito ao trabalho, os segundos visam a valoração do capital acima do interesse social.

A natureza das relações de trabalho dos empreendimentos autogestionários de ES são também alvo de observação devido às suas características distintas do formato convencional capitalista. Tais

relações, uma vez consolidadas, possuem potencial de modificar a compreensão dos trabalhadores acerca do conceito de trabalho e sua relação com o mercado, pois estes

[...] não cogitam voltar a trabalhar para um patrão ou a ficar sozinhos com um negócio próprio. Apesar de identificarem dificuldades e incertezas, apontam vantagens em relação ao trabalho assalariado, destacando-se: renda monetária próxima ao valor obtido no mercado de trabalho; condição de co-proprietário e gestor do negócio, com poder de decisão em benefício dos próprios trabalhadores; valorização da auto-estima; desenvolvimento intelectual e potencialidades profissionais; viver o trabalho como algo digno e não como atividade penosa [...]. (GAIGER, 1999, p. 36).

Conforme salientam Singer e Souza (2003), a Autogestão do Trabalho possui também a capacidade de gerar alterações equitativas na organização do modo de produção vigente e, conseqüentemente, em toda a estrutura social, uma vez que tal reestruturação acarretaria em modificações na disposição hierárquica das classes sociais, devido a possível transição do formato de trabalho assalariado para associado, transfiguração que tornaria os trabalhadores cada vez mais proprietários de sua produção.

Ainda que tal processo ocorra de forma progressiva, faz parte de uma demanda essencial para a compreensão do humano enquanto espécie, pois, conforme evidência Kolakowski (1985), a partir da redução da alienação do trabalho, trazida pelo controle da produção pelos trabalhadores. O autor afirma que a partir do controle sobre a produção o humano passaria a se enxergar nos resultados de seu trabalho, assim como tenderia a visualizar nos frutos do trabalho alheio seus semelhantes. Dessa forma, é possível compreender a Autogestão do Trabalho enquanto elemento repleto de potencial pedagógico para ensinar à sociedade atual formas de superação de alguns de seus obstáculos estruturais, tendo em vista o alcance da integralidade humana.

4. POSSIBILIDADES DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO ATRAVÉS DA AUTOGESTÃO DO TRABALHO

A EPT, em seus aspectos formais, possui algumas possibilidades para aplicação do trabalho autogestionário. Uma destas é a extensão acadêmica, modalidade de conhecimento que envolve uma série de atividades das instituições da Rede Federal de EPT e das Universidades, como programas, projetos, cursos e demais eventos, os quais, de acordo com Santos et al. (2016), promovem o contato entre a comunidade acadêmica e sociedade.

Entretanto, Pires da Silva (2020) compreende a extensão para além deste conceito. Para o autor a extensão é um espaço de troca de saberes entre a academia e o meio social em que esta se insere, a fim de compreender as demandas sociais e produzir novos conhecimentos, voltados para tal público. Portanto, a extensão pode ser considerada uma ferramenta de inserção da sociedade nas instituições da Rede Federal de EPT e Universidades, com possibilidade de exercer influência sobre a produção científica e tecnológica. De acordo com Nunes e Silva (2011), esse diálogo entre universidade e sociedade é de suma importância para que o ensino e a pesquisa sejam influenciados pelas necessidades sociais, tornando a produção científica um instrumento a serviço da sociedade.

A fim de operacionalizar de maneira concreta a extensão brasileira, o PNE – Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014), prevê a curricularização da extensão, demanda que tem dentre suas metas

12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRASIL, 2014, p.11).

A curricularização da extensão pode ser efetivada na matriz curricular de um PPC – Projeto Pedagógico de Curso das seguintes maneiras:

a) Como parte de componentes curriculares não específicos de extensão: trata-se da distribuição de horas de atividades de extensão nos componentes curriculares não específicos de extensão, previstos no PPC. Nesse caso, estamos tratando de planejar atividades de extensão como metodologia desses componentes.

b) Como componentes curriculares específicos de extensão: trata-se da criação de um ou mais componentes curriculares específicos de extensão, inserido-os na estrutura da matriz curricular do curso e cuja carga horária deve ser totalmente destinada ao cumprimento de atividades de extensão pelos estudantes. (FORPROEXT, 2020, p.03).

Dessa forma, as atividades de extensão podem ser inseridas tanto na carga horária de algumas disciplinas existentes quanto através da inserção de novos elementos curriculares, voltados especificamente para a extensão. Tais possibilidades viabilizam a adoção de atividades pedagógicas voltadas para a compreensão e operação do trabalho autogestionário e suas possibilidades, a fim de proporcionar aos discentes uma formação para além da demandada pelo mercado de trabalho convencional, favorecendo aos estudantes uma formação integral.

Para Gandolfi et al. (2019), atividades como a incubação de empreendimentos de ES, realização de minicursos e oficinas de formação, dentre outras iniciativas, são ações que podem ser inseridas nos PPCs por meio da curricularização da extensão para atender a tal objetivo. Entretanto, exemplos de tais ações não são recentes na relação entre a educação e ES no Brasil. De acordo com Guerra (2008), a ES brasileira teve seus primeiros contatos com a educação durante os anos 1990, quando pesquisadores da UFRJ criaram um departamento responsável pelo apoio e assessoramento para empreendimentos cooperativos, operados por ações de ensino, pesquisa e extensão, denominado ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Segundo o autor, tal iniciativa prosseguiu, de maneira limitada, em outras Universidades. Atualmente há apenas 37 ITCPs em funcionamento no Brasil.

No que diz respeito à EPT brasileira, conforme observado por Pelissari e Nascimento (2020), os modelos laborais de ES seguem princípios que se aproximam dos adotados pela Rede Federal de EPT, como o trabalho enquanto princípio educativo e a formação humana integral. Entretanto, os autores destacam que a relação entre a EPT e ES no Brasil ainda é débil, devido à baixa quantidade de experiências pedagógicas de EPT que oferecem formação para trabalhadores atuarem em empreendimentos de ES.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste estudo foi o de compreender formas de inserir os temas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES para efetivação do trabalho enquanto princípio educativo na EPT, na perspectiva da visualização de formas superação das atuais contradições do mundo do trabalho e contribuição para a formação omnilateral.

Para atingir tais objetivos, foram realizadas intervenções junto à comunidade interna do IFG - Câmpus Formosa, por meio de uma pesquisa-ação, organizada em três etapas, sob abordagem qualitativa e visando captar informações que auxiliassem na curricularização dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. De acordo com Tripp (2005), a pesquisa-ação possibilita ao pesquisador a intervenção ativa junto ao objeto pesquisado, buscando sua compreensão através da construção de hipóteses, utilizando levantamento bibliográfico e coleta de dados junto aos indivíduos envolvidos com o problema.

Inicialmente foi feito um levantamento de dados, junto aos 630 discentes e 125 servidores do IFG - Câmpus Formosa, através de um formulário semiestruturado desenvolvido via google forms, que foi encaminhado por e-mail e grupos de Whatsapp. Desta amostra, 89 indivíduos responderam ao questionário, sendo destes 26 Técnicos Administrativos em Educação, 19 Docentes, 40 Discentes, 3 Egressos e 1 Estagiária do cargo de assistente pedagógica do Câmpus, todos maiores de idade, tendo entre 18 até a faixa de 60 anos de idade. Este levantamento coletou informações para compreender o perfil da comunidade interna no tocante às suas vivências no mundo do trabalho e do nível de relação prévia dos participantes com os temas "Autogestão do Trabalho", "Cooperativismo" e "Economia Solidária", assim como de sua compreensão acerca da viabilidade desta temática para a EPT. Ao final do questionário os participantes puderam optar por se inscrever em uma oficina formativa acerca da temática abordada no questionário.

A partir deste primeiro levantamento, foi constatado que 27 participantes, servidores e discentes, todos maiores de idade, possuíam interesse em participar das próximas etapas: oficina de formação em Autogestão do Trabalho para a EPT e avaliação do PE. A oficina durou cerca de duas horas e contou com a participação de 19 indivíduos, sendo 9 discentes, 2 docentes, 6 técnicos administrativos, 1 estagiário e 1 egresso. Foi realizada de forma demonstrativa-explicativa, com momentos de interação, dentre os quais, inicialmente foi construída pelos participantes uma nuvem de palavras sobre sua compreensão acerca da palavra trabalho. Após a oficina foram coletadas informações junto aos participantes, através de um questionário semiestruturado aplicado via google forms, para auxiliar na compreensão quanto às formas de curricularização da Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES enquanto temas formativos para os cursos do IFG – Câmpus Formosa.

Os dados obtidos neste processo foram tratados por meio de análise de conteúdo, método que, segundo Bardin (1977), possibilita o tratamento de textos através de procedimentos analíticos, como a categorização, que compreende a classificação de elementos textuais com características comuns entre si e interpretação dos dados, momento no qual o referencial teórico ampara a compreensão de elementos que se colocam por trás dos significados das palavras.

Os dados foram processados por meio da ferramenta de nuvem de palavras, através do site mentimeter.com, a qual, de acordo com Vilela et al. (2020), é uma ferramenta gráfica que demonstra a frequência de ocorrência de palavras em um texto. Através deste recurso visual as palavras de maior tamanho e mais centralizadas indicam maior grau de ocorrência em um determinado material analisado.

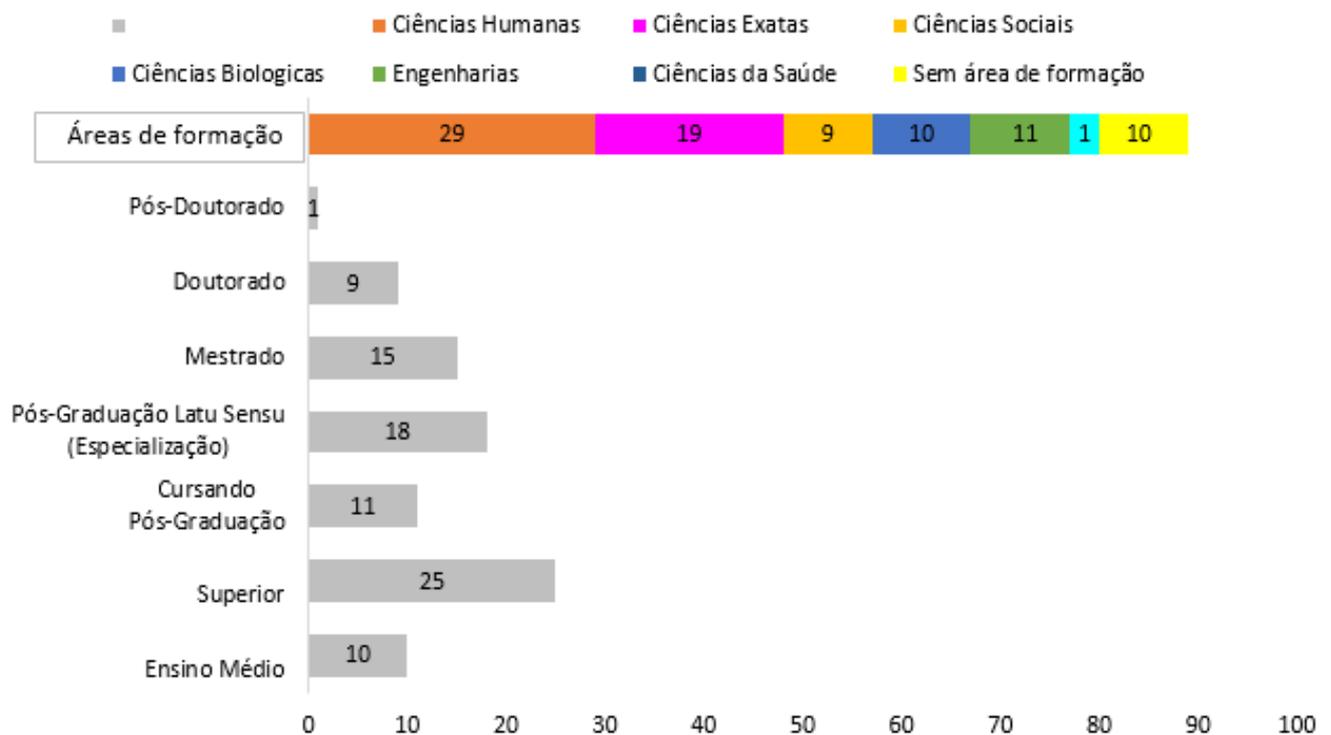
Com base na análise dos dados coletados, foi confeccionado um PE em formato de guia orientativo, com o objetivo de viabilizar a inserção das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos currículos dos cursos de EPT, assim como fomentar a adoção da Autogestão do Trabalho enquanto princípio educativo na Rede Federal de Educação

Profissional e Tecnológica, para o alcance de uma educação omnilateral, através da curricularização da extensão. Este guia foi disponibilizado em formato de PDF, estruturado em tópicos, os quais abordaram, dentre outros temas, o conceito de trabalho humano e sua história, a relação entre trabalho e educação, a abordagem cooperativa e autogestionária de trabalho e as possibilidades trazidas por esta temática para a EPT. O guia foi disponibilizado aos participantes da pesquisa, que puderam avaliar o PE e sugerir alterações, através do preenchimento de um questionário semiestruturado, disponibilizado via google forms.

6. RESULTADO DE DISCUSSÃO

A primeira etapa do processo investigativo consistiu na aplicação de um questionário para conhecer o perfil da comunidade interna quanto às suas realidades acadêmicas e laborais, assim como conhecimentos prévios sobre as temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES. Inicialmente os participantes foram questionados quanto às suas áreas de formação acadêmica e escolaridade. A variação das áreas de formação dos participantes, sendo maioria da área de Ciências Humanas (29 participantes), foi um fator interessante para a recepção de diferentes pontos de vista sobre as temáticas abordadas na pesquisa.

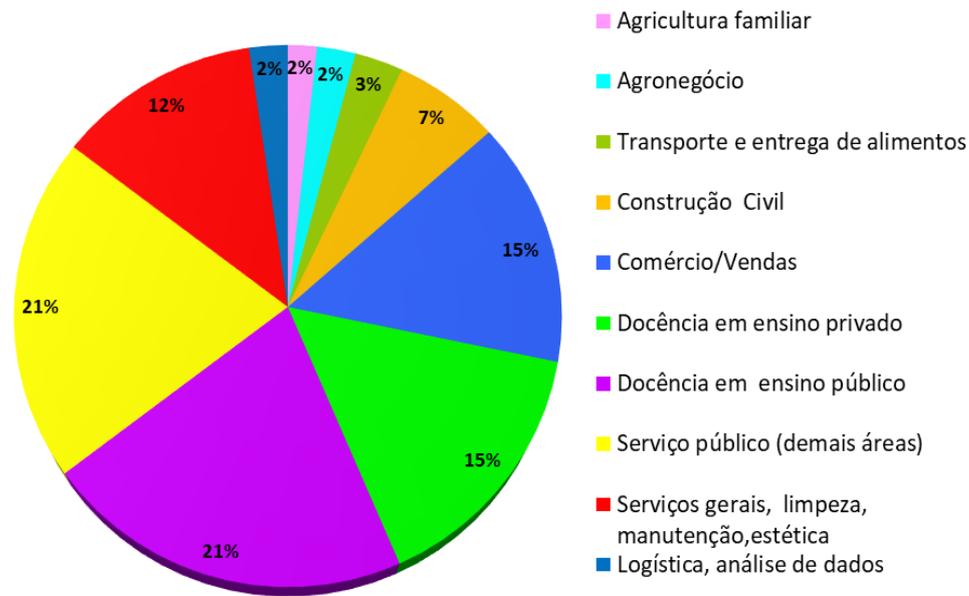
Gráfico 1: Áreas de formação e escolaridade da amostra



Fonte: Elaborado pelo autor

Os distintos ramos de atuação profissional da amostra ressaltam a base de compreensão dos participantes acerca da realidade do mundo do trabalho, tendo como princípio suas vivências. A amostra se apresentou heterogênea nesse quesito, contudo 36% dos participantes relataram já ter atuado em alguma forma de docência.

Gráfico 2 - Áreas de atuação profissional da amostra

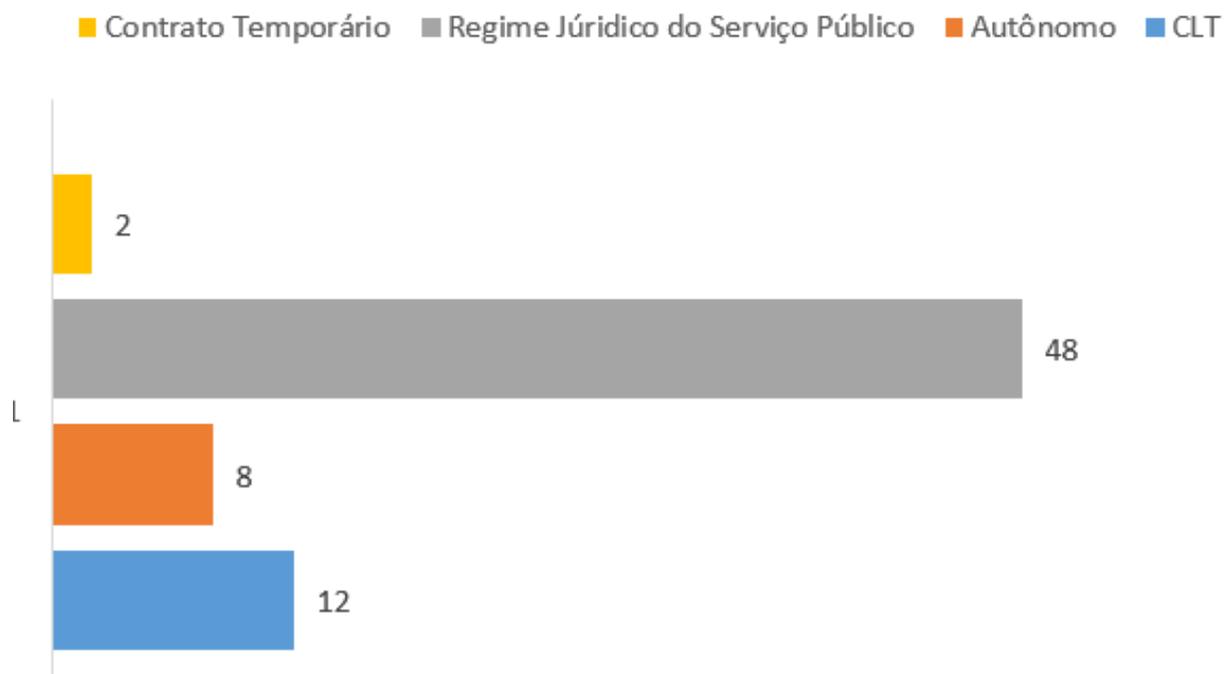


Fonte: Elaborado pelo autor

Outro dado que foi de grande valia para o feedback dos participantes foi a sua situação laboral. 21% dos participantes encontravam-se desempregado. A temática abordada pode ser interessante para tal parcela da amostra, tendo em vista que se trata de uma possibilidade de organização laboral alternativa. 79% declararam que estavam empregados, fazendo parte da população economicamente ativa.

Aqueles que se declararam empregados responderam qual o tipo de vínculo empregatício em que estavam inseridos. Tal dado refletiu a grande quantidade de servidores públicos participantes (48 indivíduos), principalmente servidores do IFG-Câmpus Formosa.

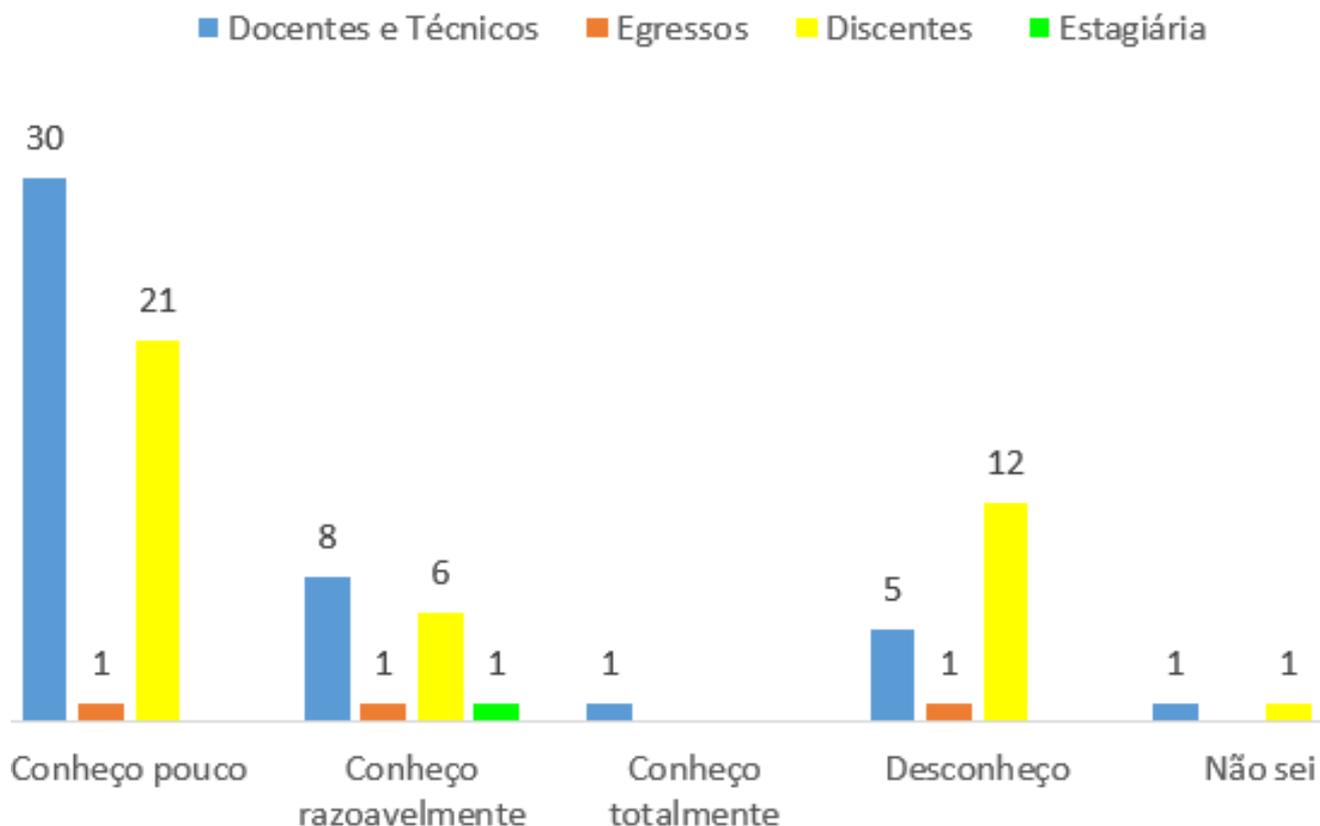
Gráfico 3 - Formas de vínculos empregatícios declarados.



Fonte: Elaborado pelo autor

O teor do conhecimento dos participantes acerca da temática abordada na pesquisa reforça a necessidade de sua inserção nos currículos, tendo em vista que a maior parte da amostra (70 indivíduos) conhece pouco ou desconhece tais formas de organização do trabalho e suas possibilidades, ressaltando que a maioria dos Discentes desconhece ou conhece pouco as temáticas abordadas (33 indivíduos), assim como a maior parcela dos Docentes e Técnicos (30 indivíduos).

Gráfico 4 - Conhecimento da amostra acerca dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária.



Fonte: Elaborado pelo autor

Em seguida os participantes responderam a uma questão, na qual puderam assinalar mais de uma alternativa e ainda contribuir com sugestões não constantes no questionário. Nesta questão os participantes foram indagados sobre maneiras pelas quais as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar os Discentes na formação para o mundo do trabalho autogestionário (cooperativo, sem patrões). A maioria das respostas (21%) sugere que para formar os alunos para o mundo do trabalho, no sentido de torná-los donos da produção de maneira associada, seria importante realizar atividades curriculares práticas de disciplinas do eixo profissional sob o princípio da Autogestão do Trabalho (trabalho cooperativo, sem patrões), assim como salientar as parcerias com a comunidade externa (20%), de forma que isso ajudasse no fortalecimento do trabalho já desenvolvido na região. Tais sugestões indicam uma relativa aceitabilidade das temáticas trazidas pela pesquisa por parte da comunidade interna do IFG-Câmpus Formosa, ainda que tal público não possua conhecimento aprofundado sobre o assunto. O desenvolvimento de trabalhos cooperativos na instituição também foi citado (18%) como relevante para este objetivo, o que é compreensível ao se considerar as possibilidades relacionadas aos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Apenas 5% das respostas indicaram que o aumento da carga horária para formação empresarial seria uma alternativa viável para tal formação. Os indivíduos sugeriram ainda 3 medidas que não constavam dentre as alternativas pré-estabelecidas: Aplicação direta do ensinado (0,36%), inclusão da formação

em grau de Bacharelado para os cursos de Ciências Sociais e Ciências Biológicas (0,36%) e organizar-se como escola unitária (0,36%). Esta última sugestão dialoga diretamente com a proposta de Gramsci (2001), quando o autor constrói conceitualmente uma via educacional para a operacionalização da omnilateralidade.

Gráfico 6 - De que maneira você compreende que as disciplinas e conteúdos dos cursos do IFG poderiam auxiliar, ou ajudar mais na formação dos alunos para o dia a dia do trabalho, no sentido de preparar os alunos para se tornarem trabalhadores associados e/ou donos da sua própria produção em seu trabalho?



Fonte: Elaborado pelo autor

Após esta coleta de dados, os interessados em participar da oficina sobre autogestão, Cooperativismo e ES foram convidados para o momento formativo, que ocorreu via google meet, em data posterior. No início da oficina foi produzida pelos participantes a seguinte nuvem de palavras:

Figura 1 - Nuvem de palavras construída pelos participantes da oficina acerca do conceito de trabalho.



Fonte: Elaborado pelo autor

É possível observar que esta nuvem de palavras sugere que os participantes possuíam um conceito de trabalho reforçado pelos valores da estrutura laboral vigente, a qual permite a visualização do labor enquanto atividade que exige empenho e determinação, na qual o ser humano deve se aplicar, se dedicar, para prover sua subsistência.

Após o término da oficina os participantes foram convidados a responder um questionário, através do qual foi possível constatar que dos 19 indivíduos apenas 1 já havia trabalhado em algum empreendimento autogestionário.

A seguir todos foram questionados em relação à sua percepção sobre o esclarecimento possibilitado pelo momento formativo acerca da temática abordada. 69% dos participantes consideraram que a oficina foi bastante esclarecedora acerca da temática, 26% consideraram satisfatoriamente e apenas 5% moderadamente.

Por fim, foi solicitado aos participantes sugestões sobre maneiras de inserir as temáticas da oficina na formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho. Através da análise de conteúdo foi possível identificar três categorias centrais a partir do material coletado: trabalho, educação e curricularização. Com base em tais unidades foi possível identificar nos textos palavras que reforçam os sentidos das respostas, considerando as temáticas da oficina e suas possíveis provocações nos participantes.

Ao se considerar o sentido da palavra trabalho, construído no início da oficina, com as palavras descritas na categoria trabalho, contidas nas sugestões para inclusão da temática da oficina nos cursos de EPT, foi construída a seguinte nuvem de palavras:

Figura 2 - Nuvem de palavras categoria trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor

A análise da nuvem de palavras da categoria trabalho possibilita inferir que os conteúdos abordados durante a oficina tiveram certa influência nas sugestões dos participantes, uma vez que termos relacionados a abordagens autogestionárias de trabalho, como “cooperativas”, “mundo do trabalho” e “novas formas de trabalho” denotam ocorrência, assim como a compreensão da exploração e alienação através das configurações laborais predominantes em nossa sociedade.

Em seguida foi analisada a categoria educação, a qual forneceu a seguinte nuvem de palavras:

Figura 3 - Nuvem de palavras categoria educação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Devido a toda a amostra estar envolvida em atividades educacionais, as sugestões da nuvem de palavras da categoria educação refletem o reforço de componentes correlatos ao cotidiano no IFG, como oficinas, palestras, projetos, eventos e elementos afins. Contudo, dois itens relativamente novos para os participantes, abordados durante a oficina, podem ser visualizados na nuvem: “núcleo de incubação” e “incubadora”. Tais unidades refletem a aderência promovida por estes elementos em alguns indivíduos, tendo em vista que a oficina abordou exemplos práticos de mudanças sociais geradas por meio de atividades de incubação em diversas localidades do Brasil.

Por fim, foram observadas as palavras relacionadas à categoria curricularização, as quais formaram a nuvem de palavras abaixo:

Figura 4 - Nuvem de palavras categoria curricularização



Fonte: Elaborado pelo autor

Uma interpretação possível acerca das sugestões obtidas através desta nuvem de palavras, indica que a inserção curricular dos temas Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES nos cursos de EPT do IFG - Câmpus Formosa, pode ocorrer prioritariamente por meio de projetos, que forneçam palestras e oficinas sobre os temas abordados. Outra possibilidade sugerida é a criação de disciplinas voltadas para esta temática, assim como o trabalho inter e transdisciplinar, sugestões que dialogam com os pressupostos apresentados por Frigotto et al. (2014), que compreendem a relevância desta forma de planejamento curricular, a fim de possibilitar a formação omnilateral na EPT. Os autores ressaltam que para tal abordagem se efetivar é necessário a integração dos conhecimentos das

diversas áreas com a realidade material dos discentes, a fim de desenvolver nestes, suas múltiplas capacidades.

É possível inferir que as sugestões didáticas para efetivação desta demanda indicam a imersão dos alunos no mundo do trabalho autogestionário, o que pode ser concretizado através de iniciativas de acesso a cooperativas e demais empreendimentos de ES, seja por meio de ações que envolvam visitas técnicas e outras formas de vivenciar tais espaços, assim como através de atividades acadêmicas de empreendimentos de ES, iniciativas que de acordo com Gandolfi et al. (2009), têm como objetivo viabilizar a organização e formalização do trabalho de determinados grupos de trabalhadores. O autor ressalta que o processo de incubação possui um papel fundamental de assessorar a criação de tais empreendimentos, o que pode ocorrer por meio de ações de extensão curricularizadas.

No tocante à avaliação do PE, foram coletadas 17 respostas, feitas por 6 discentes, 6 técnicos administrativos, 1 egresso, 2 docentes, 1 pesquisador externo e 1 membro representante de um Grupo de Trabalho de curricularização da extensão do IFG Câmpus Jataí, composto por 10 membros, os quais avaliaram o PE e responderam o formulário de forma consensual através da resposta do representante.

Tabela 1: Resumo da avaliação do PE.

ESCALA DE AVALIAÇÃO (De 1 a 5, sendo 1 muito pouco ou ruim; e 5 bastante ou excelente)	1	2	3	4	5
QUESTIONAMENTOS					
De uma maneira geral, em que medida você considera que o guia contribui para a compreensão dos temas Trabalho e Educação?				17,6%	82,4%
Em que medida você considera que o conteúdo deste guia pode contribuir para a formação crítica e emancipatória dos estudantes da Educação Profissional e Tecnológica, em relação à compreensão dos problemas atuais do mundo do trabalho e alternativas para sua superação?			5,9%	17,6%	76,5%
Em que medida os temas Cooperativismo, Autogestão do Trabalho e Economia Solidária ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia?				29,4%	70,6%
Em que medida os procedimentos de curricularização da extensão ficaram mais esclarecidos para você após a leitura deste guia?		5,9%		41,2%	52,9%
Em que medida as estratégias e possibilidades de adoção na Educação Profissional e Tecnológica relativas aos temas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e Economia Solidária ficaram mais esclarecidas para você após a leitura deste guia?				17,6%	82,4%

O que você achou do produto educacional? (Considerando apenas o conteúdo)				23,5%	76,5%
O que você achou do produto educacional? (Considerando apenas a linguagem e apresentação)			5,9%	17,6%	76,5%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tendo em vista que 97,47% das avaliações do PE se situaram entre os valores 4 e 5, e apenas 2,53% entre 2 e 3, é possível inferir que o PE possui alguma capacidade de fundamentação para a inserção dos temas abordados nos currículos de EPT, considerando sua propriedade em viabilizar a assimilação de conteúdos que possuem correlação direta com os princípios da EPT, destacados por Pelissari e Nascimento (2020), como o trabalho enquanto princípio educativo e a formação humana integral.

Além da avaliação do PE, os participantes também puderam sugerir estratégias ou metodologias para inclusão da temática do PE na formação dos alunos dos cursos do IFG, no sentido de formá-los para o mundo do trabalho. As sugestões dos participantes indicam que o guia deve ser disponibilizado para a comunidade acadêmica em geral, em formatos de fácil acesso, para o fomento da temática abordada por meio de atividades que envolvam as comunidades interna e externa. Também foi sugerido que se organize um curso de extensão EAD, tendo como base o PE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do trabalho enquanto princípio educativo na EPT é um desafio pedagógico em andamento no Brasil. Considerando esta demanda, ressaltando o exposto por Singer (2004), esta pesquisa compreende Autogestão do Trabalho enquanto configuração laboral que propicia a formação humana integral, devido às suas potencialidades em relação à integração entre trabalho manual e intelectual, assim como a sua viabilização da gestão democrática dos meios de produção.

Portanto, como via de efetivar o trabalho enquanto princípio educativo na EPT, este estudo compreende como relevantes as possibilidades ofertadas pela Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES, configurações laborais que, de acordo com Singer e Souza (2003), Pelissari e Nascimento (2020) e Gaiger (1999), têm o potencial de desenvolver pedagogicamente o senso coletivo dos trabalhadores, amparando o aprendizado domínio das forças produtivas, de maneira associada e não mais de forma competitiva, como ocorre na estrutura de trabalho capitalista vigente.

Esta pesquisa indica que a inserção das temáticas de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES na EPT, buscando a operacionalização do trabalho enquanto princípio educativo, pode ser desempenhada por meio de processos de curricularização da extensão, que de acordo com o PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014) podem viabilizar a inserção de unidades curriculares específicas com as temáticas relacionadas nos PPCs dos cursos de EPT, assim como introduzir tais conteúdos em determinadas disciplinas já existentes, de forma inter e transdisciplinar, conforme sugerido por Frigotto et al. (2014). De acordo com Gandolfi et al. (2009) e Guerra (2008), tais iniciativas também podem ser geridas e assessoradas por meio de processos de incubação de empreendimentos autogestionários, que envolvam comunidades interna e externa.

Para fomentar tal procedimento, através do percurso desta pesquisa, foi confeccionado um PE em formato de guia orientativo que, através de sua avaliação, realizada por uma amostra da comunidade acadêmica, se demonstrou capaz de proporcionar aos participantes uma aproximação aos conceitos de Autogestão do Trabalho, Cooperativismo e ES, assim como suas possíveis contribuições para a formação em EPT.

8. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A corrosão do trabalho e a precarização estrutural**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, v. 39, n. 01, p. 27–43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901/pdf>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. **Decisão 0021864-81.2017.5.04.0028**. Juiz: Átila da Rold Roesler, 02 mar. 2020a. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/uber-decisao1.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2022.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Agravo de Instrumento em Recurso de Revista 10575-88.2019.5.03.0003**. Relator: Min. Alexandre Luiz Ramos, 09 set. 2020b. Disponível em: <<https://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/925275204/agravo-de-instrumento-em-recursode-revista-airr-105758820195030003/inteiro-teor-925275326?ref=feed>>. Acesso em: 17 set. 2022.

BUTLER, Sarah. Uber drivers entitled to workers' rights, UK supreme court rules. **The Guardian**, v. 19, 2021. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://joserobertoafonso.com.br/wp-content/uploads/2021/02/The-Guardian.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2022.

CHAYANOV, Alexander. **Teoria das Cooperativas Camponesas**. Porto Alegre: PGDR-UFRGS, 2017.

COMARELLA, Carla Bueno. **Nova Iorque mudou o jogo dos aplicativos. E agora?** 2019. Dissertação (Mestrado em Gestão em Políticas Públicas) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10438/27995>>. Acesso em: 19 set. 2022.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

FRANÇA. Cour de Cassation. **Communiqué de presse**. Paris: Cour de Cassation, 2020. Disponível em: <https://www.courdecassation.fr/jurisprudence_2/communiqués_presse_8004/prestation_chauffeur_9665/press_release_44526.html>. Acesso em: 17 set. 2022.

FERLA, Guilherme Baggio; ANDRADE, Rafaela Bellei. A Transição Do Feudalismo Para o Capitalismo. **Synergismus scyentifica UTFPR**, v. 2, n. 1, p. 3–5, 2007. Disponível em: <<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/SysScy/article/view/240>>. Acesso em: 22 set. 2022.

FORPROEXT. **Diretrizes para a Curricularização da Extensão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Fórum de Pró-Reitores/as de Extensão – FORPROEXT, 2020.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira; GOMES, Cláudio. Produção de conhecimentos de ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira; GOMES, Cláudio. **Colóquio produção de conhecimentos sobre ensino médio integrado: dimensões epistemológicas e político-pedagógicas**, 2010, Rio de Janeiro. Anais[...]. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2014. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/45732>>. Acesso em: 21 set. 2022.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo, Cortez, 2001.

GAIGER, Luís Inácio. A Economia Solidária no RS: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE - Série Movimentos Sociais e Cultura**, v. 15, p. 1–61, 1999.

GANDOLFI, Peterson Elizandro; MUÑOZ PALAFOX, Gabriel Humberto; MARTINS, Humberto; BRITTO, Maria Francisca; GANDOLFI, Maria Raquel Caixeta. Empreendimentos solidários como alternativa para a geração de trabalho e renda: a experiência da INES/UFU. **Revista Em Extensão**, v. 8, n. 1, p. 159-173, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20440>>. Acesso em: 20 set. 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUERRA, Ana Carolina. **Gestão de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: uma análise comparativa**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2008. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/1996/1/DISSERTAÇÃO_Gestão das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.

KOLAKOWSKI, Leszek. **Las principales corrientes del marxismo I. Los fundadores**. Madri: Alianza Universidad, 1985.

MARX, Karl. **O Capital I: crítica da economia política. O processo de produção do capital**. São Paulo, Editorial, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. Instruções para os delegados do Conselho Geral Provisório. As diferentes questões. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Trad. José Barata-Moura. Lisboa: Editorial Avante!, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Editora Moraes, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: **Obras escolhidas**. Trad. Álvaro Pina. Lisboa: Editorial Avante!, 1982.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo, Boitempo, 2008.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; SILVA, Maria Batista da Cruz. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v.4, n.7, p. 119-133, 2011 Disponível em:

<<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/malestar/article/view/60/89>>. Acesso em: 03, jul. 2022.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos político-pedagógicos dos institutos federais:** diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal, Editora IFRN, 2015.

PARAÍSO, Lavínia Maria Louzado. **Os direitos laborais dos motoristas da UBER no mundo:** jurisprudência comparada. Artigo (Graduação em Direito) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2021. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4448>>. Acesso em: 19 set. 2022.

PELISSARI, Lucas Barbosa; NASCIMENTO, Maria Luiza Freitas Marques do. Educação profissional e Economia Solidária. **Abatirá-Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 442 - 472, 2020. Disponível em: <<https://itacarezinho.uneb.br/index.php/abatira/article/view/8644>>. Acesso em: 21 out. 2022.

PIRES DA SILVA, Wagner. Extensão universitária: um conceito em construção. **Revista Extensão & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 21-32, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/extensaoesociedade/article/view/22491>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições.** 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional.** 1ª ed. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, 2014.

SANTOS, João Henrique de Sousa; ROCHA, Bianca Ferreira; PASSAGLIO, Kátia Tomagnini. Extensão universitária e formação no ensino superior. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RBEU/article/view/3087>>. Acesso em: 20 set. 2022.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educacao**, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>>. Acesso em: 22 set. 2022.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária como ato pedagógico.** Brasília, Brasil, INEP, 2004.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educ. Pesqui.**, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005. Disponível em: <<dx.doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>>. Acesso em: 22 set. 2022.

VILELA, Rosana Brandão; RIBEIRO, Adenize; BATISTA, Nildo Alves. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo. **Millenium**, n. 11, p. 29-36, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipv.pt/handle/10400.19/6637>>. Acesso em: 21 set. 2022.

Submissão: 21/10/2022

Aceito: 28/11/2022